

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2**

*de 02 de janeiro de 1989*

### **ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1989, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL-MS, APROVOU E O  
PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:*

#### **Art. 1º..**

*O Orçamento Geral do Município de Chapadão do Sul, fará o exercício financeiro de 1.989, discriminados pelos anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em Cr\$ 3.000.000,00 (Três Bilhões de Cruzados), e fixa a Despesa na importância Cz\$ 2.698.200,00 (Dois Bilhões, Seiscentos e Noventa e Oito Milhões e Duzentos Mil Cruzados), em forma do Decreto-Lei Federal nº 1.875 de 15.07.81.*

#### **Parágrafo único. .**

*A diferença entre a Receita estimada e a Despesa fixada, na importância de Cz\$ 301.800,000 (Trezentos e Um Milhões e oitocentos Mil Cruzados), será destinada à "RESERVA DE CONTINGÊNCIA", que de acordo com o Decreto-Lei nº 1.763 de 16.01.80, servirá como renda para a abertura de Créditos orçamentários que se evidenciarem insuficientes no decorrer do exercício, cujos recursos serão movimentados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.*

**Art. 2º..**

*A Receita será realizada mediante a arrecadação do tributos, Rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma de Legislação vigente e das especificações constantes do anexo 3 da 4.320/64, e de acordo com o seguinte desdobramento:*

<i>1 - RECEITAS CORRENTES</i> ..... \$	<i>2.543.300,000</i>
<i>1.1 - Receita Tributária</i> ..... \$	<i>27.800,000</i>
<i>1.3 - Receita Patrimonial</i> ..... \$	<i>1.300,000</i>
<i>1.6 - Receita de Serviços</i> ..... \$	<i>800,000</i>
<i>1.7 - Transferências Correntes</i> ..... \$	<i>2.512.700,000</i>
<i>1.9 - Outras Receitas Correntes</i> ..... \$	<i>1.200,000</i>

<i>2 - RECEITAS DE CAPITAL</i> ..... \$	<i>456.200,000</i>
<i>2.1 - Operações de Crédito</i> ..... \$	<i>199.200,000</i>
<i>2.2 - Alienação de Bens</i> ..... \$	<i>2.000,000</i>
<i>2.4 - Transferências de Capita</i> ..... \$	<i>250.000,000</i>
<i>2.5 - Outras Receitas de Capital</i> ..... \$	<i>5.000,000</i>
<i>TOTAL .....</i> \$	<i>3.000.000,000</i>

**Art. 3º..**

A despesa será realizada segundo as Categorias Econômicas, que apresentam o seguinte desdobramento, por Elemento e Subelemento da despesa:

<i>SOMA DE DESPESAS CORRENTE</i> ..... \$	<i>1.515.900.000</i>
<i>3111 Pessoal Civil</i> ..... \$	<i>1.027.000.000</i>
<i>3113 Obrigações Patronais</i> ..... \$	<i>166.900.000</i>
<i>3120 Material de Consumo</i> ..... \$	<i>153.800.000</i>
<i>3131 Remuneração de Serviços</i> <i>Pessoais ....\$</i>	<i>50.000.000</i>
<i>3132 Outros Serviços e Encargos</i> ..... \$	<i>95.500.000</i>
<i>3231 Subvenções Sociais</i> ..... \$	<i>7.000.000</i>
<i>3251 Inativos</i> ..... \$	<i>200.000</i>
<i>3253 Salário Família</i> ..... \$	<i>200.000</i>
<i>3255 Assistência Médico -</i> <i>Hospitalar ..... \$</i>	<i>200.000</i>
<i>3256 Benefícios da Previdência</i> <i>Social ..... \$</i>	<i>200.000</i>
<i>3258 Outras Transferências</i> <i>Pessoais ..... \$</i>	<i>100.000</i>

<i>SOMA DE DESPESA DE CAPITAL</i> ..... \$	<i>1.182.3000.000</i>
<i>4110 Obras e Instalações</i> ..... \$	<i>398.5000.000</i>
<i>4120 Equipamentos e Material</i> <i>Permanente</i>	<i>779.500.000</i>
<i>4210 Aquisição de Imóveis</i> ..... \$	<i>3.000.000</i>
<i>4240 Aquisição de Títulos de</i> <i>Crédito ..... \$</i>	<i>100.000</i>

4324 Transf. a Instituições Multigovernamentais	1.100.000
4351 Amortização da Dívida Contratada	100.000
TOTAL	2.698.200.000

#### **Art. 4º..**

*Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar Operação de Crédito por Antecipação da Receita, até o limite de 25% (Vinte e Cinco por Cento) da Receita Estimada, nos termos do Art. 67, da emenda Constitucional nº 01/69, de 17 de Outubro de 1969.*

#### **Art. 5º..**

*Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Créditos Suplementares nos limites e com as finalidades seguintes:*

##### **I.**

*Para atender despesas vinculadas às Receitas até o limite de excesso de arrecadação efetiva da Receita a que estiverem vinculadas, nos termos do § Único do Artigo 7º, do Decreto-Lei nº 1.815 de 09.12.80.*

##### **II.**

*Para atender a quaisquer despesas até o limite de 80% (Oitenta por cento) da despesa orçamentária, servindo como recursos as constantes do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1.964.*

#### **Art. 6º..**

*As Dotações Orçamentárias atribuídas às Unidades orçamentárias do Poder Executivo serão movimentadas pelo Gabinete do Prefeito, que para esse fim, deverá manter estrita coordenação com os demais Órgãos da Municipalidade.*

#### **Art. 7º..**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeito apartir de 1º de Janeiro de 1989, revogando as disposições em contrário.*

*EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ*

*PREFEITO MUNICIPAL*

---

*Lei Ordinária Nº 2/1989 - 02 de janeiro de 1989*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*